



A DIFERENÇA ENTRE FALÁCIA E LÓGICA, QUANDO O USO DA FALÁCIA É UMA LÓGICA. QUANDO A FALÁCIA É NECESSÁRIA.

Autor(res)

Olyver Tavares De Lemos Santos
João Carlos Dos Santos Pires
Cleciane Pereira Barauna

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

No ambiente jurídico, a lógica apresenta-se tradicionalmente vista como a pedra angular para construir argumentos convincentes e embasar decisões judiciais. No entanto, a realidade prática muitas vezes demonstra desafios que podem levar os profissionais do direito a recorrer a estratégias argumentativas que parecem se desviar das normas da lógica formal. Por meio deste estudo, buscamos compreender a tensão entre o ideal de argumentação lógica e a realidade da prática jurídica, destacando como a falácia, embora considerada um erro lógico, pode ser usada como uma ferramenta estratégica em determinadas circunstâncias. Partamos da análise de uma peça de defesa como meio de demonstrar a utilização falácia no intuito de servir aos interesses do cliente em detrimento da lógica.

Objetivo

Ao discutir falácias em um contexto jurídico, é importante destacar como elas podem ser utilizadas de maneira desonesta para manipular o entendimento dos fatos. A habilidade de reconhecer e rebater falácias fortalece a argumentação legal, promovendo um debate mais justo e baseado em evidências sólidas. Advogados que dominam o discurso das falácias estão mais bem equipados.

Material e Métodos

Neste estudo, utilizamos como base uma análise qualitativa de um exemplo de peça de defesa jurídica. A peça fornecida foi submetida a uma análise minuciosa para identificar o emprego estratégico de falácias. método empregado consistiu em:

- Análise Textual: Examinamos a peça de defesa em busca de argumentos que aparentemente utilizam falácias lógicas, como generalizações apressadas ou apelos emocionais.
- Identificação de Falácias: Utilizamos um método de identificação de falácias conhecidas na lógica jurídica para classificar os argumentos presentes na peça.
- Contextualização Jurídica: Consideramos o contexto jurídico em que a peça foi redigida, levando em conta os interesses do cliente e as estratégias argumentativas adotadas.

Resultados e Discussão



A análise da peça de defesa revelou o seguinte:

- Uso Estratégico de Falácias: Os argumentos apresentados na peça demonstram um emprego intencional de falácias, como generalizações apressadas e apelos emocionais, com o objetivo de fortalecer a posição do cliente perante o tribunal.
- Justificativa da Falácia: A peça defende que, em certas circunstâncias, o uso da falácia pode ser justificado em prol dos interesses do cliente, mesmo que isso aparentemente contrarie as normas da lógica formal.

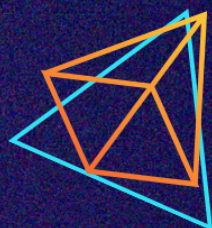
Conclusão

A análise da peça de defesa ressalta a complexidade do discurso jurídico, onde a estratégia muitas vezes pode se sobrepôr à lógica formal. O uso intencional de falácias, embora seja considerado um erro de raciocínio, pode ser percebido como uma ferramenta legítima na busca pelos interesses do cliente. Este estudo destaca a tensão entre a idealização da argumentação lógica e as exigências práticas da prática jurídica, demonstrando que, em certos contextos, a falácia pode ser interpretada como uma forma de lógica adaptativa.

Referências

- Um estudo acerca da importância da argumentação no âmbito jurídico, CGC Humanas Caderno de Graduação- Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, 2016
- A argumentação filosófica: Chaim Perelman e o auditório universal - MAS Alves - 2005 - repositorio.ufmg.br
- Dworkin, R. (1978). Taking Rights Seriously.
- Toulmin, S. (1958). The Uses of Argument.
- 1. - Nino, C. S. (1989). Ética e Argumentação Jurídica.k

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera